

O abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro durante o período joanino^{*}

Juliana Oakim Bandeira de Mello
Historiadora (UERJ), Arquiteta e Urbanista (UFRJ)
juliana.mello@smc.rio.rj.gov.br

RESUMO

O desembarque da família real na cidade do Rio de Janeiro e a consequente modificação da importância política da cidade, de antiga capital da colônia à sede do Império português, modificou drasticamente o cotidiano de seus habitantes. A instalação da Corte portuguesa gerou mudanças que eram concebidas como um projeto civilizador, cujo objetivo era tornar a cidade mais *adequada às necessidades da realeza*. Foi com essa vocação civilizadora que se retomou um projeto de abastecimento de água pouco conhecido, o Encanamento do Maracanã: um complexo sistema de captação das águas da vertente norte da Serra da Tijuca e que se tornaria, em meados do século XIX, o mais importante dos encanamentos que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: água; abastecimento; civilizador

ABSTRACT

The arrival of the Portuguese Royal Family in Rio de Janeiro and the consequent change in the political importance of the city – from former capital of the colony to Seat of the Portuguese Empire – drastically altered the daily lives of its inhabitants. The arrival of the Portuguese court brought about changes that were conceived as civilising projects, with the intent of rendering the city more appropriate to the requirements of the royalty. It was with this civilisational aim that an old and little known project was once again taken up – the Maracanã Pipeline: this comprised a complex system for trapping water from the north slopes of the Serra da Tijuca heights, which by the mid 19th century, would become the major conduit supplying water to the city of Rio de Janeiro.

Key Words: water; supply; civilisational

* O presente texto é parte integrante de uma pesquisa sobre o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro que está sendo desenvolvida na Gerência de Cadastro, Pesquisa e Proteção da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Arquitetura, Intervenção Urbana e Design, Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A chegada da Corte e a retomada da construção do sistema de abastecimento de água

O desembarque da família real afetou de maneira dramática o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. A nova condição da antiga capital da colônia como sede do Império português tirou o Rio de Janeiro de seu isolamento colonial, modificando sua função política.

A instalação da Corte portuguesa gerou grandes mudanças, tanto no aspecto físico da cidade quanto nos comportamentos de uma parcela da população. Dentre as mudanças no aspecto físico destacam-se a expansão dos limites geográficos e a atribuição de novas funções a diversos espaços da cidade, além da demanda por grandes investimentos em obras de melhoria da precária infraestrutura existente.

Essas transformações urbanas e sociais, impulsionadas pelo novo posicionamento político do Rio de Janeiro, foram concebidas como um projeto civilizador, que retiraria a colônia da *situação de barbárie* em que se encontrava, ainda que a precariedade vigente fosse obra da mesma Coroa. Sendo assim, durante os treze anos de permanência da Corte portuguesa no Brasil, foram implementadas medidas de melhorias públicas, a fim de tornar a cidade mais *adequada às necessidades da realeza*.

O órgão institucional responsável pelo direcionamento e execução das medidas necessárias à adequação do espaço urbano carioca à nova função de Corte foi a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada pelo alvará de 10 de maio de 1808 e comandada por Paulo Fernandes Vianna. (1) Cabia à Intendência Geral de Polícia tarefas consonantes com o sentido corrente, à época, do termo *policar*: dar polimento, aproximar a cidade do considerado civilizado. A própria linguagem guarda em suas palavras essas relações íntimas entre cidade e processo civilizatório. A raiz latina da palavra cidade indica que é por sua atuação que se civiliza – cidadão, civil, civilidade e civilização – enquanto a raiz grega nos mostra etapas da constituição do processo civilizatório – pólis, política, polícia. Essa aproximação entre pólis e polícia é evidente na atribuição à Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil das tarefas responsáveis para a garantia da civilidade na cidade.

De maneira a difundir e a manter a civilização na nova sede do Império Português, à Intendência eram atribuídas múltiplas funções – desde a implementação de serviços de urbanização até o controle da propagação de ideias revolucionárias, coibindo na Corte o trânsito de ideias e pessoas nocivas ao regime. Foi com esta vocação civilizadora que a Intendência Geral de Polícia retomou a construção do sistema de abastecimento de água da cidade, interrompida desde o período dos vice-reis. Em 1808, foi, então, reiniciada a construção do chamado Encanamento do Maracanã, um complexo sistema de captação das águas da vertente norte da Serra da Tijuca e que se tornaria, em meados do século XIX, o mais importante dos encanamentos que abasteciam a cidade.

A construção do encanamento do Maracanã

A cidade do Rio de Janeiro encontrava-se na situação ímpar de ser a única cidade colonial a confrontar os seus governantes metropolitanos com a realidade desconfortável de três séculos de domínio colonial. (BARRA, 2008, p. 143).

A precariedade da infraestrutura urbana da cidade colonial, aliada ao notável crescimento da população, (2) tornou urgente a tomada de providências para melhora da higiene e da saúde pública, “na tentativa de mudar o triste quadro que caracterizava as cidades da colônia portuguesa da América” (BARRA, 2008, p. 144).

Um dos efeitos mais imediatos desta precariedade da infraestrutura carioca foi a crise do abastecimento de água, agravada pela seca do ano seguinte à instalação da Corte. Com o intuito de minimizar de imediato os efeitos da falta de água potável na cidade, foram implementadas, em janeiro de 1809, algumas medidas de racionamento e redistribuição da água disponível, conforme mostra o Ofício de S. A. R. prestando contas das providências tomadas no sentido de se minorar o problema da falta d'água (BN, MS. I-33,28,009).

Primeiramente, ficou proibido, desde a referida data, que se enchessem carros com barris nos chafarizes abastecidos pelo sistema da Carioca, ou seja, os chafarizes que atendiam ao perímetro urbano da cidade. Àqueles que trabalhavam como aguadeiros (3) foi ordenado que buscassem água nas chácaras vizinhas à cidade, cujos poços deveriam ser franqueados ao público.

Encontravam-se nesta listagem chácaras localizadas no Catumbi, no Largo do Rocio, na Rua dos Inválidos, no caminho de Matacavalos, na Gamboa e até mesmo em São Cristóvão, residência da família real. No conteúdo deste ofício que ordenou o compartilhamento das águas das chácaras pode-se observar a dupla função atribuída à Intendência Geral de Polícia: promover a infraestrutura urbana mínima à sede do Império Português e, ao mesmo tempo, garantir a obediência às ordens reais.

[...] que por ordem do mesmo senhor em quanto durar esta penúria e falta d'água ficarão franqueados para todos os moradores poderem livremente mandar a elas, a cujos proprietários abaixo indicados e quaisquer outros que tenham fontes e poços de boa água de beber sê-lhes-á por declarado em virtude deste que de hoje em diante, durante esta pública calamidade devem ter francas e abertas as suas ditas chácaras para este fim, sem molestares os que a elas concorrerem, e que fazendo o contrário, e que deles se não 'espera' serão castigados a arbítrio desta intendência cumprirão outras demonstrações. (BN, MS. I-33,28,009, Documento 3, ênfases minhas).

Ainda em janeiro de 1809, foi solicitado, a todos aqueles que recebiam água do Encanamento da Carioca em suas casas, que não tirassem senão a quantidade que necessitassem e que o fizessem preferencialmente à noite. Esta medida visava à disponibilização de uma maior quantidade de água nos chafarizes da cidade. Este

acionamento também atingiu as ordens religiosas, cujas sedes recebiam água permanente, por meio de um encanamento próprio, que tiveram seu fornecimento diminuído – o Convento das Carmelitas e a Casa das Freiras d'Ajuda são exemplos. Este ponto específico do racionamento é importante porque evidencia a existência daqueles que possuíam privilégios tais como água diretamente em suas casas, enquanto o restante da população tinha que disputar espaço nos poucos chafarizes existentes.

Outra providência, ordenada pelo príncipe regente, que visava à diminuição dos efeitos da seca, foi a revisão do estado de conservação de todos os encanamentos existentes. Para tal, foram contratados dois oficiais engenheiros encarregados de verificar se os canos encontravam-se rotos ou se havia algum desvio irregular. Em outras palavras, estes profissionais deveriam investigar se a falta de água possuía outra causa além da seca que se experimentava. O déficit no fornecimento de água potável era crítico a ponto de também ser contratado um oficial engenheiro para realizar um levantamento de todas as fontes que havia em locais mais distantes, presumivelmente Niterói (4), e das obras necessárias para trazê-las à praia, de onde seriam transportadas para o serviço da marinha ou da cidade.

As restrições ao consumo de água foram estendidas às embarcações. A coleta de água em chafarizes, como o do Largo do Paço, cuja arquitetura foi pensada para permitir o abastecimento diretamente do mar, foi proibida. Todas as embarcações deveriam *fazer aguada* em locais distantes da cidade, como a Bica dos Marinheiros, ou ainda no outro lado da Baía de Guanabara. Havia também a sugestão de que as Barcas do Arsenal Real da Marinha fossem diariamente buscar água para vender ao público, na praia de D. Manoel. Testemunho de que a deficiência no abastecimento da cidade era um problema gravíssimo foi a extensão da proibição de coleta de água aos navios da esquadra britânica baseados na costa brasileira, os mesmos que haviam escoltado a Corte durante seu traslado para o Brasil.(5)

E, finalmente, a última e talvez a providência mais importante tomada para minimizar a falta de água no Rio de Janeiro: a captação de mananciais mais distantes da região central da cidade por meio da construção do Encanamento do Maracanã. Sua construção possibilitaria a implantação de chafarizes nos arrabaldes mais afastados da cidade, tais como Cidade Nova, Saco do Alferes e Valongo.(6)

Faço saber aos que se apresente [ilegível] vivem ou dele notícias tiverem que desejando o príncipe regente nosso instituidor suavizar o grande mal que padecem os moradores desta corte por ocasião da extraordinária seca que há tantos tempos se tem sofrido [...] tem já dado nos encanamentos das águas do Maracanã que se está a toda pressa encaminhando para esta corte. (BN, MS. I-33,28,009, Documento 3)

Contudo, apesar de sua execução ter sido impulsionada pela grave seca vivenciada na cidade em 1809 – não se deve esquecer que o repentino aumento populacional foi responsável

pelo agravamento da crise de abastecimento – a documentação consultada sugere que a captação das águas do Maracanã não foi invenção da recém-criada Intendência Geral de Polícia. Em ofício do Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Vianna, dirigido ao presidente do Senado da Câmara, em 6 de agosto de 1808, há uma menção a este plano anterior de captação das referidas águas.

[...] para cumprir com as ordens que tenho recebido [ilegível] findo examinar na câmara onde existe um plano, que mandou o exmo d. Eusébio José de Portugal sendo vice-rei [ilegível] bispado fosse meter nesta cidade a água do maracanã, me remeta todos os papéis e me [ilegível] que novamente se examinassem, e se tomasse, de seu respeito as [ilegível], e acabada esta diligência eu os farei restituir ao senado. (AGCRJ. Códice 51-1-2, ênfases minhas).

Em outro documento consultado, o mesmo Intendente de Polícia menciona a existência prévia do projeto do Encanamento do Maracanã.

Que é indispensável o cuidar-se em meter mais água na cidade e por diversos bairros dessa, e esta água pode ser a chamada do Maracanã sobre que há projeto desde muitos anos. (BN, MS. II-34,32.31, ênfases minhas.) (7)

Em resposta tanto à necessidade de adequar a cidade à nobreza recém-desembarcada assim como à necessidade de resposta a uma demanda real por água potável, a Intendência Geral de Polícia iniciou a captação das águas do Rio Comprido – primeira etapa do sistema maior que era a distribuição das águas de mananciais da região do Engenho Velho: o Encanamento do Maracanã. Em outras palavras, a canalização do Rio Comprido conformava uma solução provisória, enquanto o sistema de captação e distribuição das águas dos mananciais da região da Tijuca era construído.

Segundo o *Livro de Lançamento das Férias do Bicame e Encanamento das Águas do Rio Maracanã* (AN, Polícia da Corte, Códice 362), as primeiras medidas necessárias para a construção do bicame (8) do Rio Comprido foram iniciadas em novembro de 1808. (9) Contudo, a obra propriamente dita iniciou-se somente em fevereiro de 1809 – o que pode ser comprovado pela contratação de profissionais de obra e da compra de materiais como lajes, telhas e cantaria. Estas obras, iniciadas em fevereiro, acontecem concomitantemente em diversos locais da cidade. São citados no referido livro a construção de bicames na Cidade Nova, no caminho de Mata Porcos e no morro do Barro Vermelho. Esta fase da obra se estende até junho de 1810.

Em 1809, atingiu-se o objetivo capital da construção do Bicame do Rio Comprido: a inauguração de um Chafariz no campo de Santana – fonte provisória que, posteriormente, seria substituída pelo Chafariz das Lavadeiras. Sua inauguração se deu em 13 de maio de 1809, durante as comemorações do segundo aniversário do príncipe regente em terras brasileiras – somente sete meses após o início das obras do Encanamento do Maracanã!

Spix e Martius (10) comentam em seus escritos, em 1817, sobre o enorme sucesso do Chafariz das Lavadeiras, iniciado como uma fonte de 10 bicas e considerada obra muito útil, até que se principiou a segunda fase da construção do encanamento das águas do Maracanã. (11) Sua importância no cenário carioca seria tamanha que, em 1809, pouco antes de sua inauguração, cogitou-se a proibição de lavagem de roupas no Rio Comprido. Detalhes a respeito da construção do primeiro chafariz das Lavadeiras encontram-se no mesmo *Livro de Lançamento das Férias do Bicame e Encanamento das Águas do Rio Maracanã* (AN, Polícia da Corte, Códice 362): entre os meses de fevereiro e junho de 1809, há indicação de compra de materiais para o chafariz do campo de Santana, assim como a contratação de um *hidráulico* (de nacionalidade espanhola), bicas, cantaria, além de outros funcionários. As referências às obras do chafariz desaparecem do livro em maio de 1809, o que provavelmente significa a conclusão de suas obras.

A construção do Bicame do Rio Comprido consistiu em um esforço de grande vulto, previsto no orçamento da Corte. Segundo o *Orçamento das despesas de cada um mês* [de 1810] *com os meios de prontificar as somas necessárias* (CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO, 1815), estava destinada às obras do Encanamento do Maracanã a quantia de 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis) somente para o mês de janeiro. Já no item *Despesa extraordinária com a construção de algumas obras*, que corresponde aos gastos de todo o ano de 1810, há a indicação de que se gastaria 19:200\$000 (dezenove contos e duzentos mil réis) com o mesmo sistema.

Na década de 1810, os mananciais da Serra da Tijuca que alimentavam este encanamento já haviam se tornado indispensáveis à cidade. Um indício desta crescente importância foi a publicação de um decreto, em 1818 (MAGALHÃES CORREA, 1935), que estabeleceu normas com vistas a proteger as nascentes dos rios Comprido, Trapicheiro, Meireles, São João e Maracanã – todos mananciais que alimentavam o Encanamento do Maracanã. A construção do Encanamento do Maracanã permitiu, ainda, neste primeiro momento, (12) uma considerável ampliação do fornecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Suas águas possibilitaram a instalação de chafarizes em áreas afastadas do centro – além do chafariz do campo de Santana, já mencionado, foram inaugurados os chafarizes da Matacavalos, em 1811, e o do Catumbi ou Mata Porcos, em 1818 (13); enquanto na década de 1820 estavam sendo realizadas obras para levar suas águas para São Cristóvão. Em outras palavras, a melhoria no abastecimento de água permitiu a expansão dos limites geográficos da cidade, que não comportava em seus antigos limites coloniais uma população drasticamente aumentada com o desembarque da Corte portuguesa.

A construção do Encanamento do Maracanã prosseguiu mesmo após o retorno da Corte a Portugal, em 1821. A captação das águas do rio Comprido, rio Trapicheiro e rio Soberbo, apesar de ter amenizado a falta de água potável na cidade, durante o período joanino, não foi suficiente para sanar o problema. No fim da década de 1820, o Encanamento

do Maracanã começou a mostrar sinais da péssima qualidade da execução das obras realizadas. Optou-se, então, pela substituição de todo o encanamento antigo por um de melhor qualidade. Substituição que, em meados da década de 1840, seria executada novamente com a construção do Encanamento Forçado (14) do Maracanã, cujas obras se estendem até o fim da década de 1850 (AGCRJ, Códice 51-1-2).

Apesar da grande quantidade de mananciais captados, a falta de água continua a ser um problema crônico da cidade. A fim de sanar o persistente problema, foi criada, em 1870, a *Comissão de Estudos para melhorar o abastecimento de água da cidade*. (15) Após os estudos elaborados por esta comissão, a opção pela captação de águas em locais distantes da cidade ganha força, iniciando, assim, uma nova etapa no sistema de distribuição de água potável na cidade do Rio de Janeiro: a etapa das adutoras de grandes distâncias.

O abastecimento de água e o projeto civilizador

Ao longo do texto, destacou-se a importância do sistema de captação e distribuição de água potável construído na cidade do Rio de Janeiro, durante a permanência da Corte, de 1808 a 1821. O Encanamento do Maracanã, apesar de popularmente desconhecido, foi de vital importância para a cidade. Sua construção, mais do que impulsionada pela necessidade de atender a uma demanda real gerada pelo repentino aumento populacional, deve ser compreendida como parte de um projeto civilizador de toda a colônia, implementado a partir da cidade do Rio de Janeiro.

Norbert Elias (1993) defende que com o início da era do absolutismo, há uma mudança estrutural na sociedade ocidental: as instituições sociais da monarquia adquirem uma nova importância no curso de uma transformação gradual de toda a sociedade. Em outras palavras, a reorganização política de formação do Estado se fez acompanhar de mudanças cujo resultado era a *conduta civilizada*. Pechman (1997) complementa esta ideia defendendo que a cidade deve ser compreendida como o laboratório onde a civilização moderna está sendo gestada. Neste sentido, a articulação entre cidade e civilização foi imprescindível para a transformação da cidade em objeto de discurso. Desta forma, pode-se concluir que o papel civilizador da cidade não é indissociável da própria cidade – *a civilização moderna não é possível sem a cidade, mas condição inevitável da civilização* (PECHMAN, 1997).

Hoje, mais do que nunca, a cidade é utilizada como instrumento de poder de um projeto civilizador. Como foi exemplificado por meio da construção do sistema de abastecimento de água, no início do século XIX, medidas de diferenciação de classe aplicadas no espaço urbano são justificadas por um discurso de implementação de melhorias. Neste sentido, o projeto civilizador na cidade do Rio de Janeiro não se encerra com o retorno da Corte a Portugal, em 1821, mas subsiste na contemporaneidade.

Notas

1) A Intendência Geral de Polícia da Corte possuía regimento, jurisdição e poderes semelhantes aos implementados em 1760 em Lisboa. Sua origem remonta a marquês de Pombal, que criou em terras portuguesas um órgão semelhante para executar a reforma dos serviços de administração pública.

2) Se, na metade do século XVIII, o Rio de Janeiro possuía cerca de 24.000 habitantes, em 1821, o número atingia a marca de 79.321 habitantes. Para maiores detalhes a respeito da evolução da população carioca, ver Abreu (1988, p. 39) e Karasch (2000, p.110, 111 e 112).

3) Escravos ou trabalhadores livres, que a transportavam até as residências em barris de madeira.

4) O texto do documento fala somente que a água deve ser buscada no *outro lado da enseada* (BN, MS. I-33,28,009).

5) Os documentos (BN, MS. I-33,28,009) faziam menção direta aos nomes de Lord Strangford e a Sir Sidney Smith. Lord Strangford foi ministro interino na Corte em Portugal que, devido à sua posição, envolveu-se nas negociações que levaram a família real a imigrar para o Brasil (LIGHT, 2008, p. 213-214). Já Sir William Sidney Smith chegou ao Rio de Janeiro em maio de 1808 para assumir o posto de comandante-em-chefe do esquadrão do contra-almirante, baseado na costa brasileira (Ibid., p. 221).

6) Segundo John Lucock, viajante inglês que visitou a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, em 1808 havia somente o Chafariz do Largo do Paço e de regiões próximas aos quartéis e ao Convento de Santo Antônio. Fora dos limites da cidade, havia apenas alguns poços e a Bica dos Marinheiros.

7) Este documento não contém indicação de data. Contudo, por seu conteúdo, pode-se

presumir que tenha sido escrito entre maio de 1808, data de criação da Intendência Geral de Polícia, e fevereiro de 1809, data do início das obras do Encanamento do Maracanã.

8) Conjunto de condutores das águas pluviais que escorrem pelos telhados das casas ou álveo de madeira para passagem de rio ou de riacho (FERREIRA, 1986, p. 254).

9) Segundo os lançamentos do dito livro, nos meses anteriores houve somente a contratação do apontador das obras e de algumas miudezas.

10) Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi médico, botânico e antropólogo. Johann Baptiste von Spix (1781-1826) foi um naturalista alemão. Em 1817, Spix e Martius realizaram uma expedição no Brasil que resultou na obra literária “Viagem ao Brasil”.

11) Os autores referiam-se, aqui, à captação das águas do Rio Trapicheiro.

12) A construção do Encanamento do Maracanã se estende até a década de 1870.

13) Este chafariz é conhecido atualmente como chafariz de Paulo Fernandes.

14) *Forçado* refere-se a reforçado, uma vez que sua tubulação era executada em tubos subterrâneos de ferro fundido.

15) Composta por Antônio Rebouças e Paulo Freitas de Sá, a comissão foi criada em 24 de março de 1870 para elaborar estudos para captação de mananciais que mais facilmente poderiam ser derivados e introduzidos nos encanamentos existentes. Desde o início, estudaram a bacia do rio Macacos e das águas da Serra da Tijuca. Vale destacar que, segundo relatório apresentado por esta comissão, em dezembro de 1870, o rio Maracanã era a base do abastecimento de água de toda a cidade.

Bibliografia

ABREU, Mauricio de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *Entre a corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZÉM LITERÁRIO. Volume XV. Londres: impresso por W. Lewis na oficina do Correio Braziliense, St. John's Square, Clerkenwell, 1815.

COSTA E SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis – 1763-1808*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Volume 2. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. 27ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. Página 254.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6ª edição. São Paulo, Edições Loyola, 2000.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LIGHT, Kenneth H. *A viagem da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- MAGALHÃES CORREA, Armando de. *Terra carioca – Fontes e chafarizes*. RIHGB, volume 170, ano 1935.
- MÁRA, Frederico Guilherme de. *Histórico sobre o abastecimento de água à capital do Império desde 1861 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. *Relatório do ano de 1839 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840. Disponível em: *Center for Research Libraries* <<http://www.crl.edu>>. Acesso em: novembro de 2008.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do e SILVA, Matheus Alves Duarte. *As fontes em tempos de D. João: abastecimento de água e escoamento de esgoto no Rio de Janeiro oitocentista*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.º. 2, 2008.
- PECHMAN, Robert Moses. *Pedra e discurso: cidade, história e literatura*. Revista Semeiar 3, 1997. Disponível em <www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/semiar_3.html>. Acesso em: março de 2010.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Medidas urbanísticas no Rio de Janeiro durante o período joanino*. RIHGB, ano 161, n.º. 407. Rio de Janeiro: abril / junho de 2000.
- SILVA, Rosauro Mariano da. *A luta pela água in Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos. Formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

Fontes Manuscritas

Arquivo Geral Da Cidade Do Rio De Janeiro (AGCRJ)

- Códice 51-1-2. Aquedutos e chafarizes. 1772-1830.
- Códice 51-1-12. Abastecimento de água. Aquedutos da Carioca, Laranjeiras e Maracanã. 1832-1879.
- Códice 51-1-6. Abastecimento de água, aquedutos, chafarizes e obra do maracanã. 1831.
- Códice 51-1-60. Bicame do encanamento do Maracanã. 1832-1833.
- Códice 51-1-60. Bicame do encanamento do maracanã. 1832-1833.
- Códice 51-1-7. Abastecimento de água, aquedutos e chafarizes. 1831-1833.
- Códice 51-1-9. Abastecimento d'água, aqueductos, chafarizes e obras do Maracanã.

Arquivo Nacional (AN)

Fundo documental: *Polícia da Corte*

Códice 362 – *Lançamento das férias do Bicame e Encanamento das Águas do Rio Maracanã que tem princípio em novembro de 1808*. Arquivo: *Polícia. Férias do Bicame. 1808-12*.

Códice 355 – Livro das despesas relativas às obras públicas da Intendência Geral de Polícia (1829-1832)

Fundo documental: *Diversos*, item caixas topográficas (1562-1975)

Caixa 828.2.11 – Documento 3 – Relatório da Comissão de Estudos feito pelo Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho. 03 de dezembro de 1870.

Biblioteca Nacional (BN)

Representação de Paulo Fernandes Viana a S. A. R. tratando do abastecimento de água e das edificações da cidade do Rio de Janeiro. MS. II-34,32.31

Biblioteca Nacional. Demonstração da receita e despesas do Real Erário no ano de 1808. MS. II-30,27,028.

Biblioteca Nacional. Ofício de S. A. R. prestando contas das providências tomadas no sentido de se minorar o problema da falta d'água. 1809. MS. I-33,28,009.

